

**Seminário:**  
**O controle interno governamental no Brasil**  
Velhos Desafios, Novas Perspectivas

**Palestra:**  
O controle Interno no Brasil - situação atual e  
perspectivas futuras.

**Valdir Agapito Teixeira**  
Secretário Federal de Controle Interno  
Controladoria-Geral da União (CGU)

# VELHOS DESAFIOS

Anos 70 e 80 - Organização de informações: Contabilidade não era informatizada; não havia conta única para gestão financeira.

Anos 80 e 90 – a elevada inflação direcionou o controle para “boca do caixa”

Plano Real – surge a possibilidade de retomar planejamento governamental, a organização do orçamento o que permitiu ajustar o controle ao previsto na Constituição.

# NOVA LÓGICA DE CONTROLE

Segregação das funções de planejamento, orçamento, contabilidade e controle (Lei 10.180/2001)

Organização de uma instituição de controle – SFC

Criação de métodos/procedimentos de trabalhos

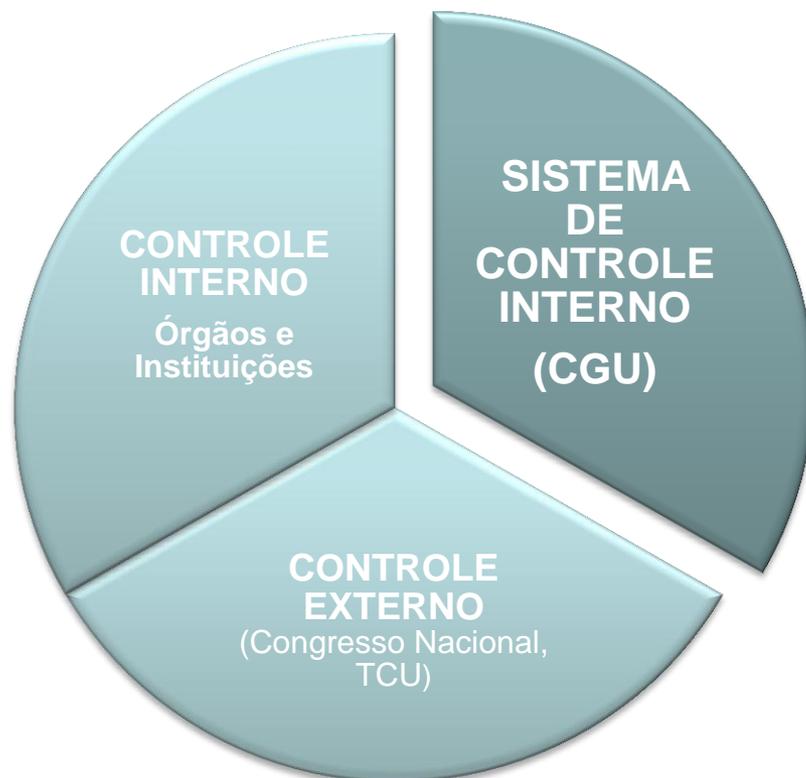
Capacitação de pessoas

Melhoria dos instrumentos de trabalho

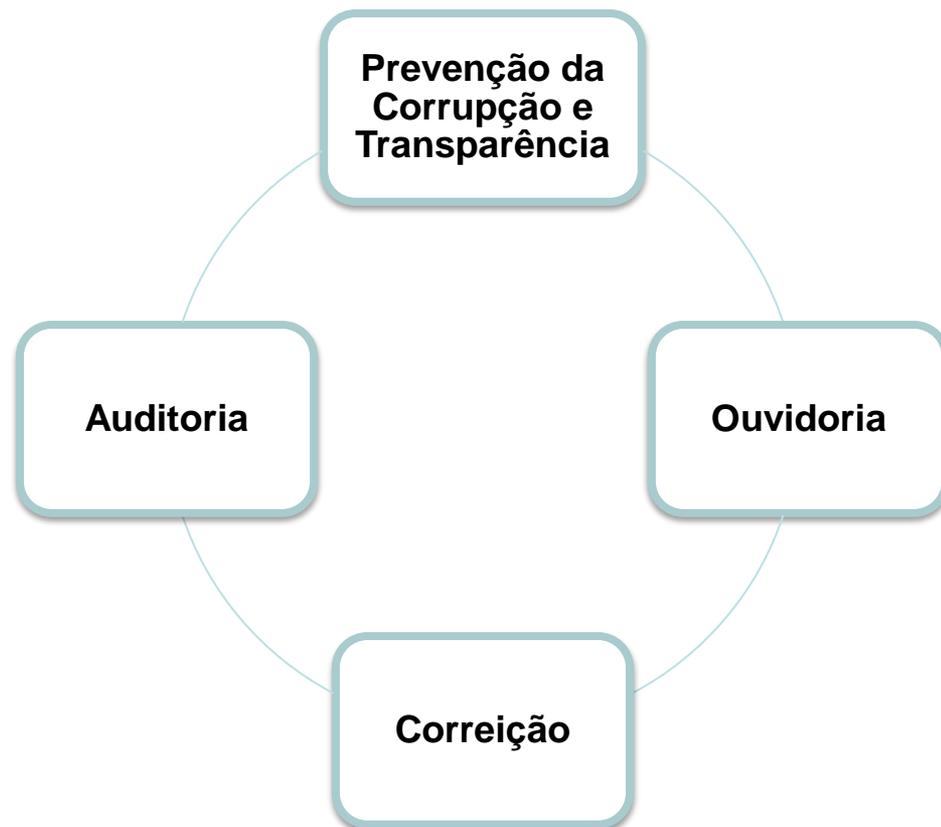
# O ATUAL SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

# DESENHO ATUAL

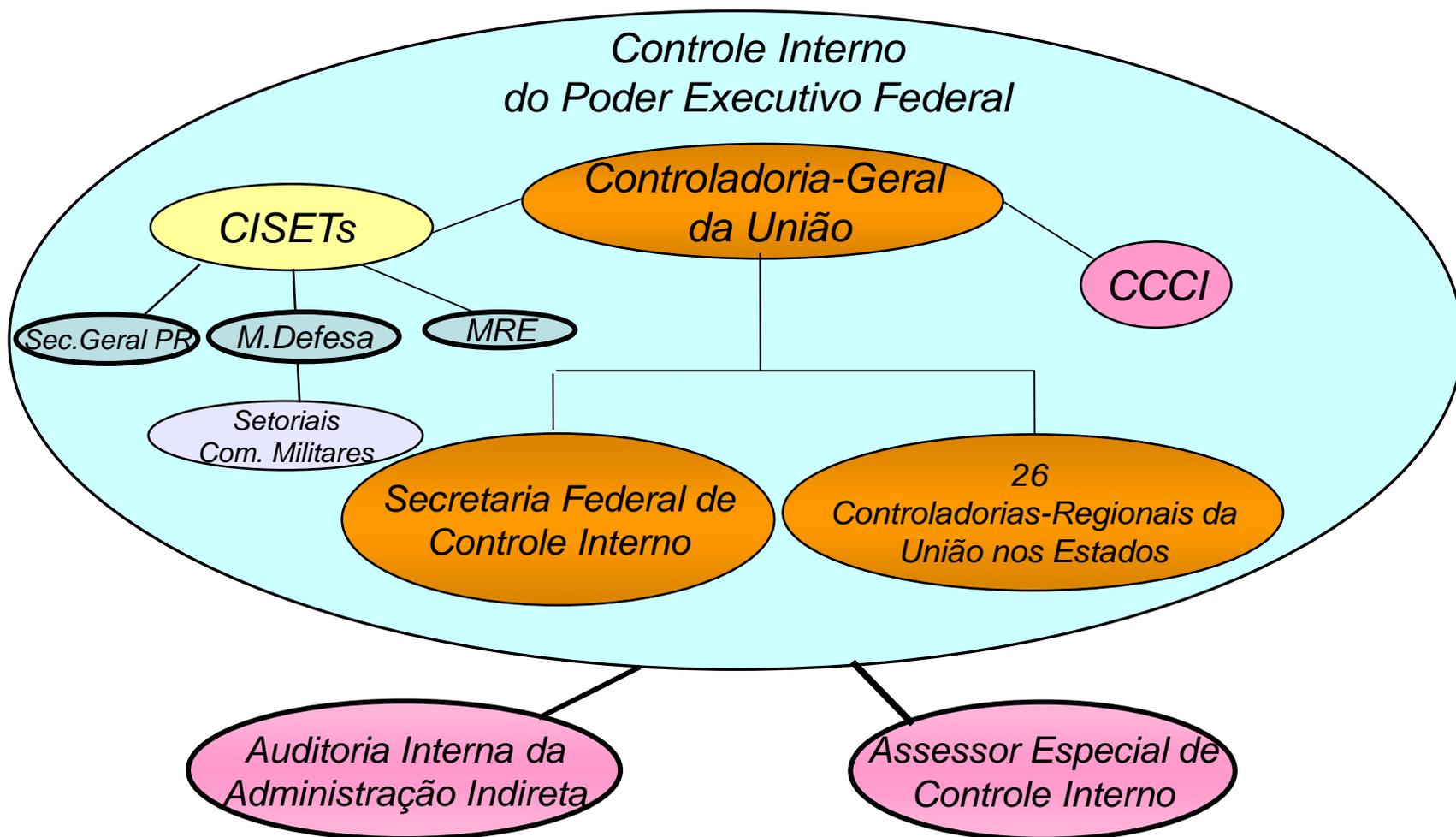
## SISTEMA DE CONTROLE DO GOVERNO FEDERAL



## FUNÇÕES DA CGU



# Organização e estrutura do SCI



# Robustecimento do papel de controle interno da CGU



Temos hoje no Brasil um órgão de auditoria com abrangência nacional, com estruturas descentralizadas que atuam de forma padronizada, em um padrão de governança que envolve metas e indicadores

# PRINCIPAIS TIPOS DE AÇÃO DE CONTROLE

- ✓ Auditoria Anual de Contas e de Acompanhamento da Gestão
- ✓ Auditorias de Auditorias de Recursos Externos
- ✓ Avaliação da Execução de Programas de Governo
- ✓ Fiscalização a partir do Sorteio de Municípios
- ✓ Auditorias especiais, Investigativas e de atendimento a Demandas externas
- ✓ Relatório de Gestão Fiscal e Prestação de contas anual da Presidenta da República

# EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DAS AÇÕES DE CONTROLE



## CGU Brasília:

Elabora procedimentos e questionários e envia Ordem de Serviço para Unidades Regionais da CGU

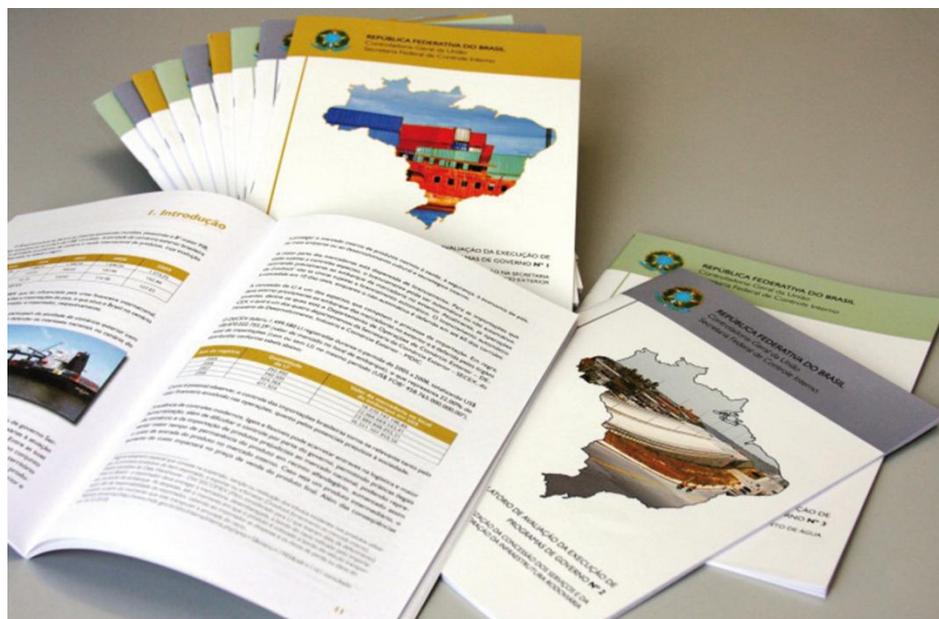
## CGU UFs:

Recebe pedido, planeja execução, visita in loco, executa procedimentos e questionários, remete relatório para CGU Brasília

## CGU Brasília:

Recebe e Consolida relatórios

# Avaliação da Execução de Programas de Governo



Método original de Avaliação da Execução de Programas de Governo, que traz uma visão integrada da política, focada no resultado.



# Bolsa Família: exclusão de 664 mil famílias permitiu a inclusão de quantitativo igual sem novo aporte financeiro

Cancelamento (Ano)	Benefício Médio por Família	Qt. Famílias com Benef. Cancelados	Benefício Financeiro Mensal
2011	R\$ 96,97	273.263	R\$ 26 milhões
2012	R\$ 120,20	391.715	R\$ 47 milhões
TOTAL		664.978	R\$ 73 milhões

# Sorteio de Municípios

Sorteio de municípios, que traz visibilidade a gestão municipal dos programas federais e aos problemas no trato da coisa pública dos pequenos e médios municípios.



# Sorteio de Municípios

## Nosso Paraná RN

Entre em contato - E-mail: [nossoparanarn@gmail.com](mailto:nossoparanarn@gmail.com)

quarta-feira, 23 de janeiro de 2013

### RELATÓRIO DO 36º SORTEIO DA CGU APONTA UM VERDADEIRO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO, SUPERFATURAMENTO DE OBRAS E LICITAÇÕES FRAUDULENTAS NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN

 11:25 |  Colunista nossoparanarn | 



A controladoria Geral da União emitiu o relatório dos trabalhos de fiscalização realizados no Município de Olho D'Água do Borges/RN, no âmbito do 36º Sorteio de Municípios, realizados sobre 14 Ações de Governo, integrantes dos Programas fiscalizados, executadas no município de Olho D'Água do Borges.

De acordo com o mesmo, foram constatadas um vendaval de irregularidades que causam danos irreparáveis ao município, tais como: veja a postagem completa, [clicando AQUI](#).

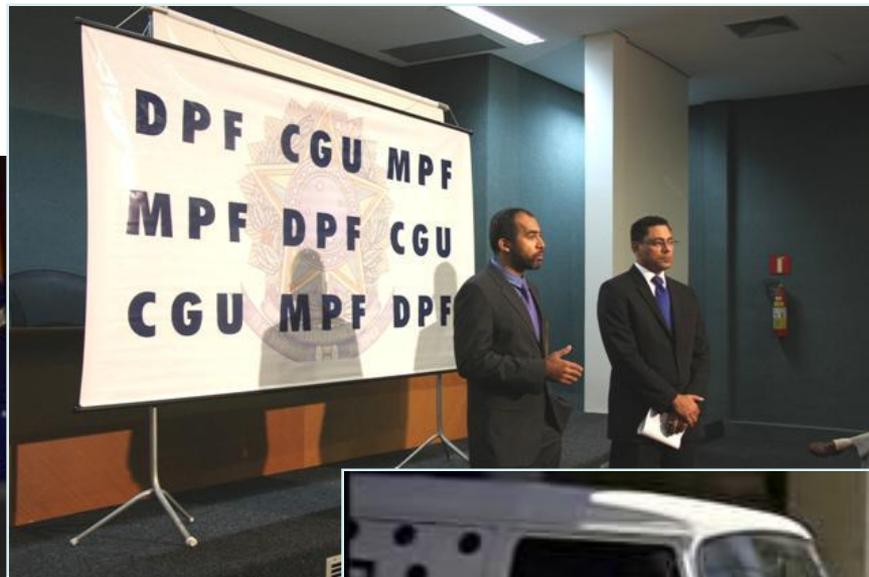
0 comentários nessa matéria :

# Operações Especiais

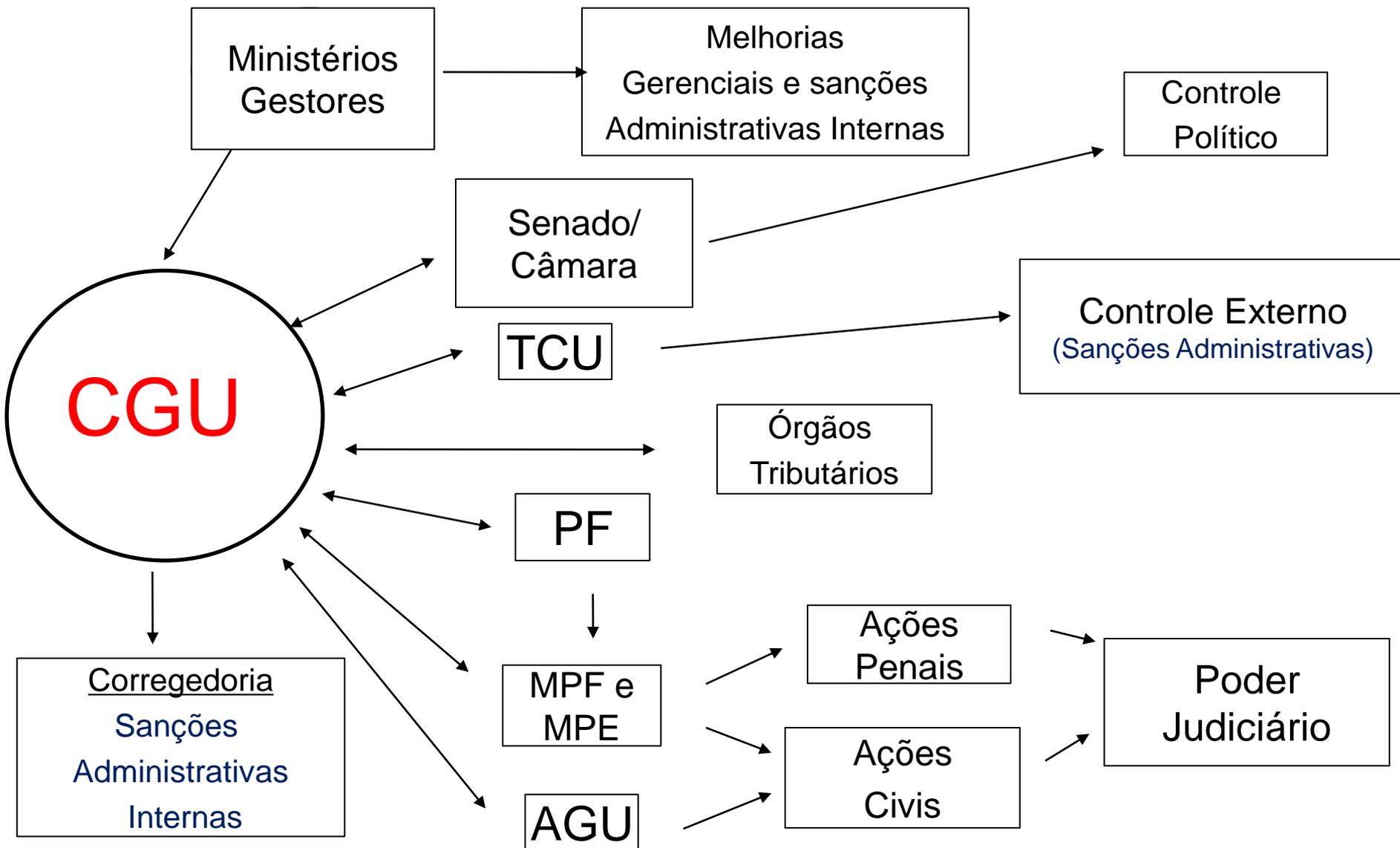
Execução de várias Operações especiais, fortalecendo a nossa parceria com o Ministério Público e a Polícia Federal



# Operações Especiais



# Encaminhamento dos Resultados das ações de Controle



# Envolvimento dos assessores dos ministérios no monitoramento

## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 1.473, DE 6 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre as competências do Assessor Especial de Controle Interno no acompanhamento das recomendações da Controladoria-Geral da União.

**O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e o disposto no art. 13 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, resolve:

Art. 1º O Assessor Especial de Controle Interno - AECI de cada ministério deverá manter permanente acompanhamento das recomendações emitidas pela Controladoria-Geral da União, constantes dos Planos de Providências Permanente - PPP das diversas Unidades que compõem a pasta a que estiver vinculado.

Art. 2º A cada quadrimestre, os AECI deverão elaborar balanço das recomendações constantes do PPP das Unidades e encaminhar, em até 30 dias, às coordenações-gerais da SFC/CGU, de acordo com as respectivas áreas.

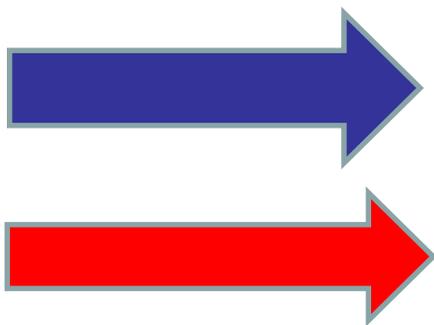
§ 1º Caberá ao AECI dar conhecimento do balanço das recomendações ao Ministro de Estado e ao Secretário-Executivo da Pasta.

§ 2º O balanço deve contemplar as recomendações cujos prazos de atendimento tenham expirado até o quadrimestre anterior à data de encaminhamento.

§ 3º No caso das recomendações implementadas, deverá ser indicada no balanço, sempre que possível, proposta de registro de benefício de que trata a Portaria/CGU nº 2.379, de 30 de outubro de 2012.

§ 4º O balanço referente ao último quadrimestre de cada exercício deverá ser incorporado ao Relatório de Gestão das Unidades.

Art. 3º Caberá ao AECI instar as Unidades a apresentarem informações sobre a situação das recomendações pendentes, sempre que o prazo de implementação da recomendação houver expirado.



# Fortalecimento do processo de monitoramento das recomendações



# Reuniões de busca conjunta de soluções



# Capacitação de gestores

A capacitação tem caráter preventivo, para que não se perpetuem erros correntes na gestão de recursos



# Publicação de Cartilhas e coletâneas de entendimentos

## Diárias e passagens

*Perguntas e respostas*

## Licitações e Contratos Administrativos

*Perguntas e respostas*

Controladoria-Geral da União  
Brasília, 2011

## Sistema de Registro de Preços

*Anotações importantes sobre o Sistema de registro de Preços para os gestores federais, estaduais e municipais melhorarem o planejamento e o controle*

Controladoria-Geral da União  
Secretaria Federal de Controle Interno

## Contratação de Consultorias

Perguntas e Respostas relativas a gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional

Volume I

Controladoria-Geral da União  
Secretaria Federal de Controle Interno

## Viagens no âmbito de Projetos de Cooperação

Perguntas e Respostas relativas a gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional

Volume II

# RESULTADOS

# Mensuração de benefícios

Implementação de processo de mensuração de benefícios financeiros e não financeiros, com a identificação e a avaliação do resultado de nossos trabalhos





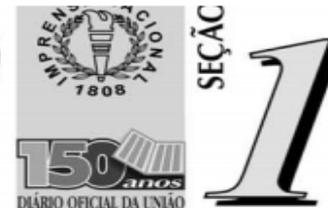
# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 211

Brasília - DF, quarta-feira, 31 de outubro de 2012



### Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional.....	1
Presidência da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	33
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	
Ministério da Cultura.....	
Ministério da Defesa.....	
Ministério da Educação.....	
Ministério da Fazenda.....	
Ministério da Integração Nacional.....	
Ministério da Justiça.....	
Ministério da Pesca e Aquicultura.....	
Ministério da Previdência Social.....	
Ministério da Saúde.....	
Ministério das Cidades.....	
Ministério das Comunicações.....	
Ministério de Minas e Energia.....	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	
Ministério do Esporte.....	
Ministério do Meio Ambiente.....	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	
Ministério do Trabalho e Emprego.....	
Ministério dos Transportes.....	
Conselho Nacional do Ministério Público.....	
Ministério Público da União.....	
Tribunal de Contas da União.....	
Poder Judiciário.....	
Entidades de Fiscalização do Exercício das Funções Administrativas.....	

### Presidência da República

#### DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

#### MENSAGEM

Nº 493, de 30 de outubro de 2012. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal.

**Portaria CGU 2.379/2012**

**31/10/2012**

**Institui sistemática de quantificação e registro dos benefícios do controle interno e dos prejuízos identificados**

Art. 1º Fica estabelecida a sistemática de quantificação e registro dos benefícios decorrentes das atividades do controle interno executadas pela Controladoria-Geral da União - CGU, de acordo com o disposto nesta Portaria.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - atividades de controle interno: todas as ações de controle e de orientação ao gestor federal conduzidas no âmbito dos trabalhos executados pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC;

benefício não-financeiro: impacto positivo observado na gestão pública, decorrente da implementação, por parte dos gestores públicos, de melhorias gerenciais, melhorias nos controles internos, dentre outros, devendo sempre estar relacionado ao trabalho conjunto do controle interno e financeiro;

benefício financeiro: benefício que possa ser representado e demonstrado por documentos comprovadamente fornecidos pelo gestor, inclusive decorrentes de processos licitatórios;

benefício não-financeiro: benefício que, embora não seja de natureza monetária, demonstre um impacto positivo na melhoria gerencial, melhoria nos controles internos, dentre outros, devendo sempre estar relacionado em alguma unidade que não a moeda nacional;

prejuízo: dano ao erário que resulte em recomendação de valores.

benefícios financeiros devem, cumulativamente:

II - decorrer das recomendações das atividades de controle interno;

III - decorrer da providência adotada pelo gestor no exercício atual e em exercícios anteriores ao exercício do registro do benefício; e

IV - decorrer de processos preferencialmente informados pelo gestor.

os valores dos benefícios financeiros não forem decorrentes do inciso III do caput deste artigo, eles deverão ser registrados em separado.

o valor do benefício financeiro, deve ser calculado de acordo com a metodologia de implementação das medidas recomendadas pelo gestor, que deverá ser explicitado em memória de cálculo dos atos comprobatórios.

§ 3º Nos casos em que o custo referido no parágrafo anterior não for relevante, poderá ser considerado nulo para efeito de cálculo.

Parágrafo único. Caso o benefício financeiro tenha efeito continuado, o período de contabilização deve ser limitado a cinco anos.

Art. 4º Os benefícios não-financeiros devem, cumulativamente:

I - decorrer de recomendações das atividades de controle interno; e

II - resultar de providência adotada pelo gestor no exercício atual e em exercícios anteriores ao exercício de registro do benefício.

Art. 5º Os benefícios financeiros serão registrados em sistema corporativo após a validação das seguintes autoridades em

### Atos do Congresso Nacional

#### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2002-CN

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modalidade tarifária, e dá outras providências, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 30 de outubro de 2012.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Entidade: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
Parecer DAFN/ITI nº: 003-A/2012

Acolhe-se o Parecer Resumo nº 003-A/2012, apresentado pela Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI, que manifesta a sua concordância com os termos dos Relatórios de Auditoria Pré-Operacional nº 003-A/2012, e DEFERE que o Ambiente Seguro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com Instalações Técnicas (sala-cofre) localizadas no Campus Universitário, Bairro da Trindade, Florianópolis SC, está apto a operar a infraestrutura e a administração do ambiente seguro operacional de acordo com os normativos da ICP-Brasil.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



# INTEGRAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO CONTROLE COM AS DEMAIS ÁREAS DA CGU

# TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

# AVANÇOS DA TRANSPARÊNCIA NO BRASIL





# PORTAL DA TRANSPARÊNCIA do Governo Federal

- CONSULTAS
- Despesas
- Receitas
- Convênios
- Empresas Sancionadas
- Entidades Impedidas
- Servidores

- GRÁFICOS E DOWNLOADS
- Download de Consultas
- Portal em Gráficos

- INFORMAÇÕES
- Sobre
- Dados
- Apresentação
- Notícias
- Controle Social
- Licitações e Contratos

**Empresas Suspensas**

**Informações sobre Servidores**

- DESPESAS
- RECEITAS
- CONVÊNIOS
- CEIS
- CEPIM
- SERVIDORES

## Despesas - Empenho, liquidação e pagamento Atualização diária (a partir de maio de 2010)

Use a pesquisa para encontrar dados detalhados da financeira do governo federal, com possibilidade de filtragem pela fase de despesa (empenho, liquidação e pagamento) e atualização diária.

**Despesas e Receitas  
Atualização diária**

## Despesas - Pagamento Atualização

Use a pesquisa para encontrar dados detalhados das despesas pagas pelo governo federal, com possibilidade de filtragem por entidade beneficiária e atualização dos dados e mensal.

**Transferências a  
Outras Entidades**

**Gastos em Programas  
Específicos**

### Transferências de Recursos

Exercício (Selecione) ▼

- por Estado/Município
- por Programa
- por Ação
- por Favorito

(Selecione)

**Gastos Diretos do  
Governo federal**

### Consultas Temáticas

Use a pesquisa para consultar transferências de recursos ou gastos diretos do governo em situações específicas.

- Bolsa Família
- Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
- Garantia Safra
- Salários e Pensões
- Salários Pagas
- Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF
- Pescador Artesanal

### Gastos Diretos do Governo

Exercício (Selecione) ▼

**Download de Consultas e Gráficos**

UMA NOVA CONSULTA PARA VOCÊ

Imóveis Funcionais

GRANDES EVENTOS

COPA 2014

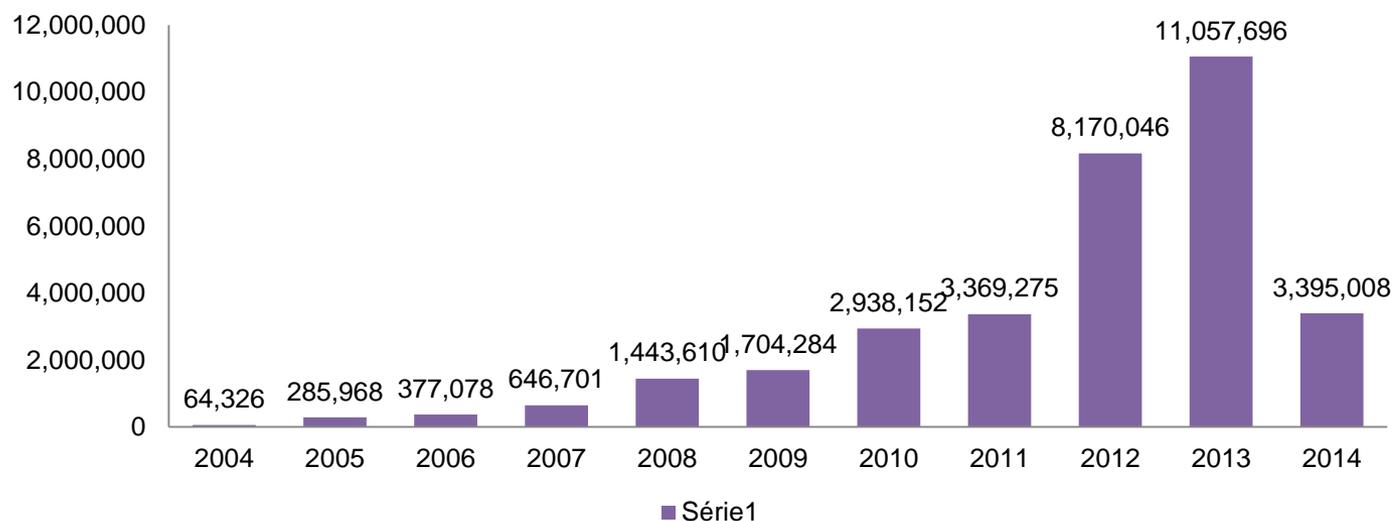
Jogos RIO 2016

### Transparência nos Estados e Municípios

Valores dos recursos federais repassados para estados, municípios e DF

# PORTAL DA TRANSPARÊNCIA EM NÚMEROS

VOLUME DE RECURSOS	R\$ 13,262 trilhões
INFORMAÇÕES	1,734 bilhão de dados
MÉDIA DE VISITAS MENSAL (2014)	1.131.669



\*Até março de 2014

# LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO



**PEDIDOS TOTAIS: 172.612** (desde maio de 2012)

**97,56% (168.398)** respondidos

**130.018** atendidos ou parcialmente atendidos

**38.380** não aceitos

- 10,49% acesso negado
- 2,6% informação inexistente
- 3,9% competência de outro órgão
- 1,6% pergunta duplicada/repetida
- 3,8% não se trata de pedido de informação

**12,98 dias** - Tempo médio de resposta

## RECURSOS (desde maio 2012)

instância	Quant.
1	11.525
2	3.588
3	1.601
4	85

Atualizado: maio/2014

# Aplicação da LAI nas ações de Controle Interno

The screenshot shows the website globo.com with a news article titled "Falta de fiscalização de peso de caminhões custa R\$ 1,6 bilhão por ano ao país". The article text states: "É buraco por todos os lados. As estradas federais brasileiras são constantemente avariadas por caminhões com excesso de peso". The author is identified as LEONARDO SOUZA E HUDSON CORREA. The article includes social media sharing options for Twitter (18), Facebook (214), and LinkedIn (7). Below the text is a photograph of a large truck on a road with significant potholes. To the right of the article are two advertisements: one for babbel language learning and another for zoom.com.br featuring a Sony Xperia 4GB 2 Chips smartphone for R\$ 421,65.

Hoje fazemos a publicação dos relatórios de auditoria, sendo estes relatórios motivadores de reportagens em grandes veículos



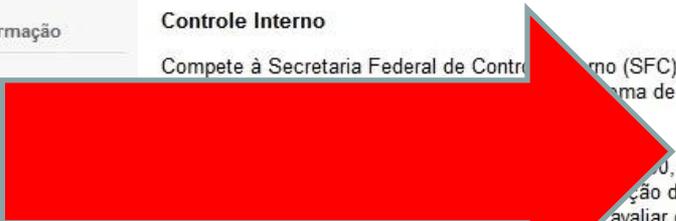
[Mapa do Site](#) | [Perguntas Frequentes](#) | [Sites Relacionados](#) | [Fale Conosco](#)

Google™ Pesquisa Personalizada



- Controle Interno
  - Prevenção da Corrupção
  - Correição
  - Ouvitoria
- [O que é](#) ■ [Avaliação da Execução de Programas de Governo](#) ■ [Avaliação da Gestão dos Administradores](#)
- [Ações Investigativas](#) ■ [Orientação Preventiva aos Gestores Públicos](#)

- Acesso à Informação
- A CGU
- Ministro
- Imprensa
- Eventos
- Conselho da Transparência
- Licitações e Contratações
- Concursos
- Legislação
- Publicações e Orientações
- Espaço do Servidor
- Denúncias
- Conexão CGU
- Processos de Contas Anuais



### Controle Interno

Compete à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) o controle interno do Poder Executivo Federal, de acordo com o art. 70, de 1968, da Constituição Federal, a fim de avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos federais, exercer o controle das operações de crédito e, também, exercer atividades de apoio ao controle externo.

Durante a realização das atividades, a SFC mantém o foco no aprimoramento da gestão e da execução das políticas públicas, visando à melhoria da prestação de serviços públicos. As atividades desenvolvidas estão divididas em quatro eixos de atividades: Avaliação da Execução de Programas de Governo; Avaliação da Gestão dos Administradores; Ações Investigativas; e Orientação Preventiva aos Gestores Públicos.

As atividades de Controle Interno são realizadas em todo o país, com a colaboração das [unidades regionais da CGU nos Estados](#).



- DESTAQUES
- Avaliação da Execução de Programas de Governo
  - Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos
  - Auditorias Especiais
  - Operações Especiais
  - Programa Capacita

# Estão disponíveis os relatórios de...

- Fiscalização a partir do Sorteio de Municípios
- Avaliação da Execução de Programas de Governo
- Auditoria Anual de Contas
- Prestação de contas anual da Presidenta da República
- Auditorias de Acompanhamento da Gestão
- Auditorias de Recursos Externos
- Auditorias especiais
- Demandas externas
- Relatório de Gestão Fiscal

# LEI DA TRANSPARÊNCIA

Depois que a população começou a consultar os salários disponíveis na internet, CGU iniciou investigação contra servidores por suspeita de enriquecimento ilícito

# Auditoria aberta após denúncias

área de licitações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A denúncia de que os funcionários levavam uma vida incompatível com o salário pago pelo governo foi feita a partir da divulgação dos salários na internet — determinação imposta pela Lei de Acesso à Informação. O Correio revelou a história em novembro do ano passado, mostrando que um servidor com remuneração

» LEI  
A  
ilícit  
área  
Fede  
A de  
rios l  
tível  
verm  
ção d  
term  
Aces  
revel  
do ar  
um servidor com remuneração mensal de R\$ 5 mil, por exemplo, chama a atenção por ter uma coleção de armas, motos e obras de arte de alto valor. A auditoria começou porque os técnicos da CGU não encontraram fortes indícios no material entregue, que incluía a cópia da tela do Portal da Transparência mostrando o salário de cada um deles. Apesar de os dados não serem suficientes para provar que, de fato, houve crescimento patrimonial indevido, o objetivo da auditoria é ampliar a investigação. Os integrantes do órgão estão fazendo uma devassa na documentação dos processos licitatórios realizados pela unidade da UFRJ. Havendo material, a Controladoria-Geral da União abrirá um processo administrativo disciplinar (PAD) contra os servidores.



Em dezembro, Hage decidiu pela demissão de um professor da UFRJ que contratou a própria empresa

## » Como denunciar

- » A reclamação pode ser anônima. É necessário somente a descrição mínima dos fatos que indicam o enriquecimento ilícito do servidor.
- » Caso o cidadão desconfie da evolução patrimonial incompatível com a renda de um servidor público, ele pode fazer a denúncia à própria



Tereza Cruvinel

terezacruvinel.dff@dabr.com.br

## Passado e verdade

### Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação

o tempo da ditadura, em dias como o de hoje, os co-  
ário do golpe  
bra de 1964 e  
tavam do ou-  
como quem  
cial: os sinais  
ma luz no tú-  
o Dia conti-  
nuou sendo emitida para saudar, em linguagem enviesada e  
cada vez mais tímida, o aniversário do golpe. Pela primeira  
vez este ano, por ordem da presidente e do ministro da De-  
fesa, não foi divulgada. Os clubes militares, entretanto, di-  
vulgaram nota assinada por seus dirigentes da reserva, ata-  
cando os dirigentes da Comissão da Verdade, que chama-  
ram de “totalitários”. Sabe-se, por outro lado, que a presi-  
dente Dilma está insatisfeita com os resultados tímidos dos  
trabalhos silenciosos da comissão.

A nota dos clubes militares é afronta a uma comissão criada  
por lei para inventariar os crimes e as violações ocorridas du-  
rante a ditadura, embora não tenha qualquer poder jurídico  
para denunciar ou punir. “Não venham, agora, os democratas  
arrivistas, arautos da mentira, pretender dar lições de demo-  
cracia. Disfarçados de democratas, continuam a ser os totalitá-  
rios de sempre”, diz a nota. Mas seus signatários são da reserva  
e os clubes são instituições privadas, não havendo o que a pre-  
sidente possa fazer. A democracia garante a liberdade de ex-  
pressão até mesmo aos que a violaram.

Já em relação à Comissão da Verdade, Dilma tem razão, mas  
tem responsabilidade pelo que está ocorrendo. Ao instituir a  
Comissão, no ano passado, ela supriu um vazio incompreensí-  
vel. A ditadura no Brasil não foi um fato isolado na América La-  
tina. No mundo em duas cores da Guerra Fria, em quase todo o  
subcontinente a ordem constitucional foi rompida e deu lugar  
a regimes militares autoritários, que suprimiram as garantias e  
liberdades, perseguiram, prenderam, mataram e desapareceram  
com os que resistiram. Passadas duas décadas das transi-  
ções, que foram quase simultâneas, só o Brasil não havia insti-  
tuído uma Comissão da Verdade, ao contrário do que já ocorre-  
ra na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, El Salvador e  
tantos outros. Foi o que disse o próprio representante da ONU,  
na solenidade de instalação da Comissão, no ano passado, para  
a qual Dilma teve a delicadeza republicana de chamar todos os  
ex-presidentes do Brasil democrático.

A sua queixa agora é a  
meio das famílias dos

## OS CASOS

Confira quanto ganhavam os servidores da área de licitação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

# 131 postos municipais de saúde estão sem antibiótico

Léo Arcoverde  
do **Agora**

Antibiótico amplamente receitado para crianças e adultos para tratar infecções respiratórias como bronquite e pneumonia, a amoxicilina está em falta em 131 dos 560 postos de entrega gratuita

Antibiótico amplamente receitado para crianças e adultos para tratar infecções respiratórias como bronquite e pneumonia, a amoxicilina está em falta em 131 dos 560 postos de entrega gratuita da rede municipal.

É o que aponta levantamento obtido pelo **Agora** por meio da Lei de Acesso à Informação.

farmácias da rede municipal.

O tipo da amoxicilina em falta é o de 500 mg. Nas farmácias convencionais da capital, o preço de uma caixa com 30 comprimidos desse medicamento varia muito --a reportagem achou de R\$ 13,78 a R\$ 32,29.

## Resposta

O diretor técnico da Divisão de Suprimentos da Secretaria Municipal da Saúde, Francisco Ernane Ramalho Gomes, afirma que a distribuição da amoxicilina deve ser normalizada em 15 dias.

A falta do remédio, diz ele, se deve ao atraso na sua entrega à pasta, que cabe à Fundação para o Remédio Popular, da Secretaria de Estado da Saúde.

Por causa desse atraso, diz Gomes, a prefeitura comprou um estoque do medicamento por meio de licitação.

A Fundação para o Remédio Popular afirma que fornecedores atrasaram a entrega do medicamento.

O órgão prevê que a situação seja normalizada ainda nesta semana.

Já a entrega de sinvastatina, diz Gomes, deve ser normalizada em 25 dias.

Segundo ele, a entrega do maleato de timolol, do diclofenaco sódico e da benzilpenicilina está normalizada, e eventuais faltas são pontuais.

06/10/2013

## Veja o melhor posto do INSS para pedir a aposentadoria

**Fernanda Brigatti**  
do **Agora**

O segurado do INSS que pede a aposentadoria na capital de São Paulo leva, em média, 33 dias para conseguir o benefício, de acordo com dados obtidos pelo Agora por meio da Lei de Acesso à Informação.

Os números da Previdência mostram ainda que, a agência do Anhangabaú, na região central, é a mais rápida, com tempo de concessão do benefício em 17 dias.

O segurado do INSS que pede a aposentadoria na capital de São Paulo leva, em média, 33 dias para conseguir o benefício, de acordo com dados obtidos pelo Agora por meio da Lei de Acesso à Informação.

como é o caso da cidade de São Carlos (232 km de SP), ou onde a espera pode chegar a 58 dias, como na agência de Osasco, na Grande São Paulo.

14/07/2013 - 02h32

## Clubes do Brasil negociaram US\$ 190 mi em paraíso fiscal

FERNANDO MELLO  
DE BRASÍLIA

 Recomendar 648  +1 5  Ouvir o texto

 Clubes de futebol do Brasil movimentaram

Entre janeiro de 2002 e dezembro de 2012, foram registradas 4.818 negociações de compra e venda de atletas, de acordo com dados inéditos obtidos pela **Folha** com o Banco Central, por meio da Lei de Acesso à Informação.

terronismo. A falta de informações também marca parte desses contratos.

- [Falta de registro de operações gera multa para 21 clubes do país](#)

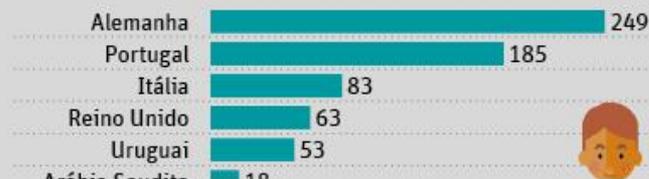
Entre janeiro de 2002 e dezembro de 2012, foram registradas 4.818 negociações de compra e venda de atletas, de acordo com dados inéditos obtidos pela **Folha** com o Banco Central, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Do total negociado nestes dez anos, cerca de US\$ 190 milhões foram com paraísos fiscais ou países que integram a lista do Conselho de Segurança das Nações Unidas referente ao combate ao financiamento do terrorismo, como a Coreia do Norte.

Editoria de Arte/Folhapress

### NEGÓCIOS BILIONÁRIOS

Valor negociado, em US\$ milhões



# Estímulo ao Controle Social

- Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”
- Cursos EAD
- Sistema “push” convênios



**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

Fale Conosco | Perguntas Frequentes | Glossário | Links

- ▶ O que é o Portal
- ▶ Origem dos Dados
- ▶ Consulta a Gastos Públicos
- ▶ Consulta a Convênios
- ▶ Aprenda Mais
- ▶ Notícias
- ▶ Transparência no Governo
- ▶ Participação e Controle Social

Saiba como participar das discussões sobre o uso do dinheiro público e como controlar sua aplicação

### Receba atualizações dos repasses a Convênios

Para receber informações sobre novas liberações a convênios de um município, cadastre-se em nossa mala direta.

Nome:

E-mail:

Repita o e-mail:

UF: (Selecione aqui a UF)  ?

Município: (Selecione antes a UF)  ?



Controladoria-Geral  
da União



# OBSERVATÓRIO da Despesa Pública

# Trilhas Monitoradas

- Vínculo societário entre licitantes
- Vínculo entre licitante e servidor
- Fracionamento para dispensar
- Mais de um fornecedor “exclusivo”
- Fracionamento para escapar da modalidade mais complexa
- Licitantes com mesmo endereço
- Empresas recém-criadas
- Valores acima do limite legal

# GASTOS COM PASSAGENS AÉREAS

DESEMPENHO DO ÓRGÃO NOS SEGMENTOS MAIS COMPRADOS

2010

SEGMENTO: BRASÍLIA/DF <--> RIO DE JANEIRO/RJ

## COMPARAÇÃO COM A MÉDIA NACIONAL<sup>1</sup>



■ Média do Órgão   ■ Média Nacional

### Variação Percentual



## MÉDIA DE ANTECEDÊNCIA

9,19 dias

## ÓRGÃO - POSIÇÃO NO RANKING<sup>2</sup>:

7° de 80

## Quadro Informativo

Esses números apresentam os resultados do estudo para o órgão/segmento em questão. Neles são considerados os trechos viajados entre duas determinadas cidades, sem distinguir origem e destino. Foram desconsiderados os trechos compostos por mais de duas cidades em que o valor da viagem foi concentrado em apenas uma parte do trecho.

Qtde de trechos viajados no segmento	1.312	Média dos gastos do órgão no segmento:	R\$ 246,69
Valor gasto:	R\$ 323.661,94	Média nacional:	R\$ 288,63
Média de antecedência da compra:	9,19 dias	Distância Percentual em relação à média nacional:	-14,53%
Maior preço no órgão/entidade:	R\$ 1.255,00		
Menor preço no órgão/entidade:	R\$ 84,00		

## Observações

<sup>1</sup> Aqui a média dos gastos do órgão no segmento está comparada ao valor da média nacional. No velocímetro, o ponteiro indica a média do órgão e o marcador caracteriza a média nacional, que deve ser entendida como o valor de referência. Na barra de variação percentual está indicado o quanto, percentualmente, a média do órgão está acima ou abaixo da média nacional.

Relatório enviado semestralmente aos Gestores

# ARTICULAÇÕES

# ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL - NACIONAL

1. Ministério Público Federal
2. Ministérios Públicos Estaduais
3. Polícia Federal
4. Tribunal de Contas da União
5. COAF/MF
6. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
7. Advocacia-Geral da União
8. Ministério da Justiça
9. Comissão de Ética Pública
10. Banco Central
11. Receita Federal do Brasil
12. Conselho Nacional de Justiça
13. Órgãos de controle estaduais

# ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

- Cumprimento às convenções da ONU, OEA e OCDE
- Colaboração e cooperação com países na área de transparência e Controle Interno e na área investigativa

# MEDIDAS CONTRA A IMPUNIDADE



Nos últimos sete anos, mais de 2.300 autoridades e agentes públicos foram excluídos do serviço público federal.

# CADASTRO DE EXPULSÕES - CEAF



**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**  
do Governo Federal

[Fale conosco](#) | [Glossário](#) | [Perguntas Frequentes](#) | [Links](#) | [Manua](#)

Acesso rápido

Selecione...

OK

Você está em:

[Início](#) » [Servidores](#) » **Expulsões**

## CADASTRO DE EXPULSÕES DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

[baixar mais dados](#)

Selecione o(a) "Nome do servidor" para obter o detalhamento

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

CPF	Nome do Servidor	Órgão de Lotação	Punição Aplicada
***.384.374-**	<a href="#">JÚLIO CÉZAR COSTA DE MEDEIROS</a>	MINISTÉRIO DA FAZENDA	DEMISSÃO
***.061.575-**	<a href="#">ANDERSON GUILHERME DE FREITAS</a>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	DEMISSÃO
***.187.927-**	<a href="#">ANNA KARINA DE MATOS DESLANDES</a>	MINISTÉRIO DA SAÚDE	DEMISSÃO
***.354.987-**	<a href="#">ANTONIO CARLOS DA ROCHA ALVES</a>	MINISTÉRIO DA SAÚDE	DEMISSÃO
***.802.977-**	<a href="#">CARLOS ALFREDO DOS SANTOS RODRIGUES</a>	MINISTÉRIO DA SAÚDE	DEMISSÃO
***.201.367-**	<a href="#">TELMA DIAS MENDES</a>	MINISTÉRIO DA SAÚDE	DEMISSÃO
***.530.707-**	<a href="#">ALOÍSIO DE ALMEIDA FELICIO</a>	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	DEMISSÃO
***.769.066-**	<a href="#">DNILSON CARLOS DIAS</a>	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	DEMISSÃO
***.396.157-**	<a href="#">ELIOMAR PEREIRA DA SILVA</a>	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	DEMISSÃO

Pesquisar:

### Saiba Mais

- [Mais informações](#)
- Entre em contato: [Corregedoria-Geral da União \(CRG\)](#)

De 2004 a abril de 2014  
**4.694** penas de expulsão foram aplicadas a servidores públicos federais

Página 1 de 225

« Primeira | < Anterior | Próxima > | Última » Página:

# EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS - CEIS

BRASIL Acesso à informação Faltam 41 dias para a Copa Participe Serviços Legislação Canais

Portal da **Transparência** GOVERNO FEDERAL

**10.052 Empresas Inidôneas e Suspensas**

Perguntas frequentes | Contato | Glossário | Links | Manual de navegação

Acesso rápido

Você está em: Início » CEIS

## CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. [Saiba mais](#)

**Consulta** <<

CNPJ/CPF:

Nome, razão social ou nome fantasia:

Tipo de sanção:

Quantidade de registros encontrados: 10052 Data: 02/05/2014 Hora: 12:34:07

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Dados da pessoa ou empresa sancionada		Dados da sanção		Órgão sancionador	
CNPJ/CPF	Nome * ↑	Tipo	Data Final	Nome do Órgão	UF
09.600.070/0001-55	C.V.DOS SANTOS COMERCIAL - ME**	Suspensão - Legislação Estadual	14/04/2015	Governo do Estado do Paraná	PR
178.184.434-87	CARLOS ALBERTO ALVES CAMPELO	Proibição - Lei de Improbidade	04/03/2019	Justiça Federal de Pernambuco	PE
09.276.784/0001-50	COTEBRAS CONSTRUTORA E CONCESSOES LTDA - ME	Inidoneidade - Lei de Licitações		Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	DF
09.589.872/0001-01	DISPROFAR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME	Impedimento - Lei do Pregão	29/04/2016	Secretaria Municipal de Saúde	MA
06.204.246/0001-61	ECAM TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA	Suspensão - Lei de Licitações	29/04/2016	Prefeitura Municipal de Ipubi	PE
02.472.149/0001-07	FIRME ENGENHARIA E AVALIACOES LTDA - ME	Suspensão - Lei de Licitações	30/04/2015	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	DF
00.629.001/0001-08	INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E PESQUISAS COMUNITARIAS DE SÃO PAULO	Proibição - Lei de Improbidade	04/02/2018	Justiça Federal	
13.389.967/0001-59	LDM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	Impedimento - Lei do Pregão	30/04/2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR
11.447.692/0001-37	LLTECH AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA - EPP	Impedimento - Lei do Pregão	29/04/2016	Infraero	DF
10.329.350/0001-50	LOJA VEGAS LTDA - ME	Impedimento - Lei do Pregão	30/04/2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR

# ONGs IMPEDIDAS

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**  
do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Frequentes | Links | Manual de Navegação

Acesso rápido

Você está em:  
Início » CEPIM » E

**Órgão Público responsável pela sanção**

**Razão da sanção**

ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS IMPEDIDAS

**Identificação**

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Entidades Privadas sem Fins Lucrativos		Dados do convênio		Motivo
CNPJ	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Número	Órgão Concedente	
06.888.897/0001-18	INSTITUTO SORRINDO PARA A VIDA	702051	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	SICONV (MOTIVO NÃO ESPECIFICADO)
05.432.867/0001-30	4 CANTOS DO MUNDO	562569	MINISTERIO DA EDUCACAO	IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS (ATRASSO, OMISSÃO OU IMPUGNAÇÃO)
06.248.185/0001-34	A CASA PRO CIDADANIA	522852	MINISTERIO DO TURISMO	IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS (ATRASSO, OMISSÃO OU IMPUGNAÇÃO)
04.377.324/0001-02	A CASA VERDE - CULTURA E MEIO AMBIENTE	702936	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	SICONV (MOTIVO NÃO ESPECIFICADO)
04.377.324/0001-02	A CASA VERDE - CULTURA E MEIO AMBIENTE	707323	MINISTERIO DA CULTURA	SICONV (MOTIVO NÃO ESPECIFICADO)
68.481.282/0001-20	A N I ASSOCIACAO NACIONAL DOS INVENTORES	339581	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	MOTIVO NÃO ESPECIFICADO
07.138.118/0001-20	ABC ACADEMIA BRASILEIRA DE CORDEL	524515	MINISTERIO DA CULTURA	IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS (ATRASSO, OMISSÃO OU IMPUGNAÇÃO)
00.182.395/0001-90	ABC ASSOCIACAO BENEFICENTE CRISTA	435756	MINISTERIO DA SAUDE	IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS (ATRASSO, OMISSÃO OU IMPUGNAÇÃO)
00.182.395/0001-90	ABC ASSOCIACAO BENEFICENTE CRISTA	443070	MINISTERIO DA SAUDE	IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS (ATRASSO, OMISSÃO OU IMPUGNAÇÃO)
68.647.916/0001-71	ABEAMA ASSOCIACAO MEIO AMBIENTE		MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO

**4.192 entidades impedidas**

\*\* Informação não disponível, favor verificar...

Pesquisar:

# Perspectivas e Desafios...



**Como conscientizar os agentes públicos da natureza da função de controle interno e do papel de cada área de governo nessa questão**

**Como assegurar uma sólida cooperação entre as instituições com funções relacionadas/similares.**

**Como alcançar o equilíbrio necessário entre os aspectos legais/formais das atividades de controle e do “controle por resultados”**

**Como alcançar o equilíbrio necessário entre medidas preventivas e repressivas.**

**Como superar a tradicional resistência à troca de informações e de dados entre os diferentes órgãos e instituições que desempenham atividades anti-corrupção**

**Como disseminar a ideia de transparência no serviço público e entre os agentes políticos**

**Como convencer as autoridades públicas de que o aumento da transparência e da luta contra a corrupção vale a pena, apesar de seu inevitável preço político**

**Como explorar ao máximo as possibilidades da tecnologia moderna**

**Como maximizar as possibilidades legais das sanções administrativas**

**Como desenvolver uma parceria sólida e adequada com a mídia**

**Como conseguir maior apoio, respeito e credibilidade junto à sociedade (a melhor garantia de independência e liberdade de atuação para um órgão anti-corrupção)**

**Como esclarecer para o público as atribuições e o escopo da atuação das diferentes instituições governamentais e Poderes da República**

**Como estimular a participação social e o controle social**

**Como convencer o setor privado e os fornecedores de que “jogar limpo é bom negócio”, e não uma desvantagem competitiva**

**Como superar interpretações legais sedimentadas que impedem ações anti-corrupção, como as relativas ao sigilo bancário, ao sigilo das declarações de bens e rendimentos etc.**

**Como estimular o Congresso a aprovar relevantes projetos de lei de combate à corrupção**

# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Autarquias Sul,

Quadra 1, Bloco A

Edifício Darcy Ribeiro

CEP: 70070-905

Tel: (61) 2020-7115

**Visite o Portal da Transparência:**

**[www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)**